



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA**

RESUMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 003/2025

**ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 003/2025
PROCESSO N° 2025-5KDC5**

Partícipes:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – **SECULT**

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: INSTITUTO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA E ETNOGRÁFICA ADAM ORSSICH (IPAE), inscrita no CNPJ sob o n° 22.706.665/0001-58.

OBJETO: - O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a **Realização do projeto MEDIATECA em Rede.**

Data da assinatura: 16/07/2025.

Publicação: Diário Oficial dos Poderes do Estado de 17/07/2025 às fls. 53.

Vigência: a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **30/06/2030**, podendo ser prorrogado mediante aditamento.

Prestação de contas: até 30 dias após o termino da vigência para apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto.

Gestores/Fiscais Da Parceria:

Titular: Paula Nunes Costa - Matrícula: 3298825-1

Suplente: Bruna Bolonha de Menezes - Matrícula: 31461388-1

CAROLINA RUAS PALOMARES

Subsecretária de Estado de Políticas Culturais - SECULT



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Acordo de Cooperação n.º **003/2025**
Processo Administrativo n.º **2025-5KDC5**

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E O **INSTITUTO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA E ETNOGRÁFICA ADAM ORSSICH (IPAE)**, TENDO POR OBJETO A EXECUÇÃO DO PROJETO MEDIATECA EM REDE NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE ACORDO E NO PLANO DE TRABALHO.

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.062.213/0001-00, com sede na Rua Luíz González Alvarado, nº 51, Enseada do Suá - Vitória – Espírito Santo (CEP: 29.050-580), doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, neste ato representada pela Sr.^a **CAROLINA RUAS PALOMARES**, Subsecretária de Estado da Cultura, nomeado pelo Decreto Nº 237-S, DE 01.01.2019, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo – DIO/ES, em 02/01/2019, e o **INSTITUTO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA E ETNOGRÁFICA ADAM ORSSICH (IPAE)**, inscrita(o) no CNPJ sob o nº 22.706.665/0001-58, com sede Avenida Governador Blay, 186, Ed. BEMGE, sala 708, Bairro: Centro, Vitória – Espírito Santo (CEP: 29.010-150), e-mail: contato@ipaearqueologia.org.br, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, neste ato representado seu pela sua Diretora Presidente, Sr. **DIONNE MIRANDA AZEEDO ERLER**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, regendo-se pelo disposto na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, consoante o processo administrativo nº 2025-5KDC5 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a preservação e a difusão dos acervos culturais Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich (IPAE), com a sua adesão à MEDIATECA Capixaba, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I, parte indissociável desde instrumento.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Acordo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, a delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

- a) designar um gestor da parceria e na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- b) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- c) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- d) apoiar tecnicamente e institucionalmente à OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- e) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- h) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
- i) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- j) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.
- k) auxiliar a entidade parceira a levantar, mapear, inventariar, catalogar, digitalizar e preservar o conteúdo dos acervos, tanto em sua dimensão física quanto na digital, de forma a garantir a integridade dos conteúdos e de seus metadados;
- l) apoiar os processos da administração pública executados pelos entes parceiros com vistas à viabilização de operações, bem como objetivando o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação de soluções concretas aos desafios do campo da preservação e difusão digital.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

- a) divulgar na Internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- b) dar livre acesso aos servidores da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, aos documentos e às informações referentes às ações e aos projetos implementados em razão da parceria, bem como aos locais de execução do objeto;
- c) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Acordo de Cooperação, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- d) levantar, mapear, inventariar, catalogar, digitalizar e preservar o conteúdo dos acervos, tanto em sua dimensão física quanto na digital, de forma a garantir a integridade dos conteúdos e de seus metadados;
- e) gerir os dados, informações e acervos digitais de sua instituição no repositório da plataforma Midiateca Capixaba, cujas coleções ficam sob os cuidados de cada instituição;
- f) colaborar, convidar e promover o engajamento social com o conteúdo existente na plataforma da Midiateca Capixaba;
- g) divulgar para a sociedade em geral as realizações conjuntas deste Acordo de Cooperação;
- h) utilizar a página de Wordpress criada pela equipe da Midiateca Capixaba, exclusivamente à preservação e à difusão de seus acervos, sendo impedido o uso da página para outros fins como divulgação de eventos, de produtos, de serviços, de equipes e quaisquer outras informações que fujam do escopo aqui definido, com risco de rescisão caso a Organização da Sociedade Civil desrespeite o uso da página de Wordpress criada.

2.2 – As partes se comprometem em executar o objeto deste Termo de maneira estratégica e compartilhada objetivando a preservação e difusão de acervos sob guarda do Município pela Política Estratégica Midiateca Capixaba.

CLAÚSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O presente Acordo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

3.1.1 – As despesas necessárias à consecução do objeto deste Instrumento serão assumidas pelos Partícipes, dentro dos limites de suas respectivas atribuições e nos termos das normas aplicáveis às finanças públicas.

CLAÚSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

4.1 – O presente instrumento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **30/06/2030**, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

4.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Acordo de Cooperação, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

4.3 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência deste Acordo de Cooperação ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos retroativos.

CLÁUSULA QUINTA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, através da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, por meio do Sistema E-Docs, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

5.3 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens, se for o caso;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de Termo Aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

6.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Acordo de Cooperação com alteração da natureza do objeto.

6.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

6.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança das metas e do prazo de vigência.

6.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

7.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

7.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da infração, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

7.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO

8.1 – O presente Acordo de Cooperação poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado.

8.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro – Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações dos Partícipes previstos nesse Acordo manter-se-ão inalterados, salvo se os Partícipes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo – Findo o prazo do aviso prévio, os Partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Acordo.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1 – A eficácia do presente Acordo de Cooperação ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

10.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Acordo de Cooperação terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

11.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorias.

11.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de marcas, representadas por títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

11.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

11.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Acordo de Cooperação ou que com ele tenham relação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

12.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, os Partícipes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo velando ainda pela correta observação da Lei n. 13.079/18 (Lei Geral de Proteção de Dados).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 – Os Partícipes reconhecem que, para a execução do Acordo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Acordo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

13.2 – Os Partícipes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Acordo de Cooperação.

13.3 – Os Partícipes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em

decorrência do Acordo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

13.4 – Os Partícipes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Acordo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Acordo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Acordo de Cooperação que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória – Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por estarem assim ajustados, assinam a presente Parceria de forma eletrônica na plataforma E-Docs.

Vitória/ES, 14 de julho de 2025.

CAROLINA RUAS PALOMARES

Subsecretária de Estado de Políticas Culturais
Assinado eletronicamente

DIONNE MIRANDA AZEVEDO ERLER

Diretora Presidente do Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich (IPAE)
Assinado eletronicamente



1. DADOS CADASTRAIS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
Organização da Sociedade Civil INSTITUTO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA E ETNOGRÁFICA ADAM ORSSICH (IPAE)		CNPJ 22.706.665/0001-58			
Endereço (Logradouro e Complemento) Av. Governador Blay, 186, Ed. BEMGE, sala 708		C.E.P. 29.010-150			
Bairro Centro	Município Vitória / ES	Telefone: 27 3019-4771 / 27 99851-1912			
Página na Internet https://www.ipaearqueologia.org.br/		Endereço Eletrônico contato@ipaearqueologia.org.br			
Registro de Pessoa Jurídica					
Cartório CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL (SARLO)		Data de Fundação 14/07/2014			
Nº Protocolo 60193	Livro/Página Livro A - 92	Data de Constituição 07/05/2015			
2. DADOS CADASTRAIS DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
Nome DIONNE MIRANDA AZEEDO ERLER					
Cargo DIRETORA- PRESIDENTE	Endereço Eletrônico	Mandato			
		Início	05/02/2024	Término	05/02/2026
3. Descrição do Projeto					
Título do Projeto MIDIATECA EM REDE		Período de Execução			
		Início	Término		
		Julho/2025	Junho/2030		
3.1 - Identificação do Objeto					
<p>O Projeto "MIDIATECA EM REDE" tem como objetivo a mútua colaboração entre os partícipes na preservação e na difusão de acervos culturais através de sua inclusão no âmbito do Projeto Estratégico Midiateca Capixaba.</p> <p>As instituições participantes se propõem a gerenciar a preservação e a difusão de seus acervos digitais na plataforma da Midiateca Capixaba. O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio de sua Secretaria de Cultura é responsável por ofertar formações às instituições participantes sobre a utilização adequada do software Tainacan e disponibilizará a elas um domínio para difusão de seus acervos de forma digital.</p> <p>Os partícipes se propõem a traçar estratégia conjunta para utilização do software Tainacan, contemplando os desafios do gerenciamento, digitalização e difusão de acervos em diferentes suportes físicos, o desenvolvimento de normas próprias para a plataforma no que tange os padrões semânticos e de preservação digital, orientação ao usuário, ações de inovação e propostas pedagógicas.</p> <p>O trabalho a ser desenvolvido terá como resultado a criação de um repositório Tainacan por instituição participante dentro da plataforma da Midiateca Capixaba, com a inserção de itens digitalizados pelas instituições participantes. Ele também se desdobrará na formação de profissionais aptos a utilizar o software Tainacan e que poderão replicar o conhecimento.</p>					



3.2 - Justificativa da Proposição

A MEDIATECA Capixaba é uma política de preservação e difusão de acervos do estado do Espírito Santo e tem como principal ferramenta a sua plataforma virtual. O projeto iniciou em 2019, e desde então trabalhou com acervos do governo do estado, mas tem ainda a intenção de receber, preservar e difundir acervos sob guarda de municípios, organizações da sociedade civil e coletivos organizados do Espírito Santo. Além dessa frente, a MEDIATECA Capixaba trabalha a preservação de acervos físicos e a gestão a partir da organização de dados. Atualmente, são desenvolvidas funcionalidades em consonância com a proposta de expandir estas informações para públicos com diferentes interesses.

Considerando a missão da MEDIATECA Capixaba de expandir a preservação e difusão de acervos capixabas para além do aparelho do estado, foi iniciada a segunda etapa de trabalho. Em parceria com a UnB, foi realizado um diagnóstico situacional dos acervos digitais das instituições culturais dos municípios, organizações da sociedade civil e coletivos organizados do Espírito Santo. Por meio de método quali-quantitativo, foi realizada análise de dados que permitiu compreender a realidade da gestão dos acervos capixabas. Através do estudo, a Secretaria de Estado da Cultura propôs a formalização de parceria para instituições que possam compartilhar os desafios do gerenciamento e difusão de acervos em diferentes suportes físicos, promover o desenvolvimento de normas próprias para a plataforma no que tange os padrões semânticos e de preservação digital, orientação ao usuário e ao colaborador e ações de inovação junto aos acervos disponíveis na plataforma.

A Plataforma Tainacan, utilizada pela Secretaria de Estado da Cultura, é um software livre de código aberto. Devido a essas características uma comunidade pode ser construída com o objetivo de colaborar no desenvolvimento do software. A MEDIATECA Capixaba implementa uma API RESTful (de leitura e escrita) que permite que outras aplicações interajam com seu repositório. Exponha suas coleções em diferentes formatos, como Json, JsonLD, OAI-PMH. Podendo mapear o acervo para padrões de metadados como o Dublin Core, entre outros em desenvolvimento.

A MEDIATECA Capixaba está em consonância com estratégias e ações previstas no Plano Estadual de Cultura, podendo atuar como uma importante ferramenta no trabalho de análise de indicadores de temáticas relacionadas a Secretaria. Destacamos aqui a ação 1.1.7, que prevê

que o Estado deve instituir centro de documentação com banco de dados e acervo público da gestão e da produção cultural realizada no Estado, disponibilizando acesso a esses conteúdos em plataformas digitais, e a ação 1.1.8, que estabelece a criação de mecanismos de pesquisa, monitoramento, avaliação e divulgação de indicadores culturais que possibilitem aprimorar a troca de informações entre a gestão estadual e as regiões capixabas, ação possível de ser realizada dentro da estrutura da MEDIATECA Capixaba.

4. Metas a Serem Atingidas (Descrever as Metas a Serem atingidas e de Atividades ou Projetos que serão Executados)

4.1 - Metas

(São as metas que correspondem aos resultados gerados com as aquisições de bens ou serviços, qualificando o modo pelo qual a proposta será executada)

- Curadoria dos acervos da instituição participante;
- Digitalização dos itens selecionados;
- Inventariação dos itens digitalizados;
- Criação de um repositório Tainacan para a instituição participante;
- Disponibilização dos acervos digitalizados e inventariados na respectiva página dentro da plataforma da MEDIATECA Capixaba.



4.2 – Atividades/Projetos a Serem Executados/ Metodologia

(São as atividades, ações/projetos que serão desenvolvidas para o atingimento das Metas, ou seja, o que será realizado para que as Metas sejam alcançadas)

- Participação em reuniões de assessoria para digitalização e inventariação dos acervos;
- Criação e disponibilização de repositório de Tainacan para a instituição participante;
- Criação de login e senha para instituição participante;
- Reuniões para ajustes das páginas da instituição;
- Upload dos itens curados e digitalizados nos respectivos repositórios Tainacan;
- Revisão dos itens;
- Divulgação da parceria, por meio da MEDIATECA Capixaba, em rede sociais, mídias espontâneas, site das instituições, etc.
- Elaboração de Relatório Final de Execução do Objeto.

4.3 - Parâmetros para Aferição de Metas

(Refere-se aos meios que serão utilizados para medir/quantificar o atingimento das Metas)

- Relatório com lista de itens curados;
- Inventário dos itens curados digitalizados;
- Tainacan da instituição disponível e integrado à plataforma MEDIATECA Capixaba;
- Itens digitalizados, inventariados e disponibilizados no Tainacan.

5. Cronograma de Execução

5.1 - Metas

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico			Duração	
			Unidad e	Quantida de	Vagas	Início	Término
1		Disponibilização dos acervos digitalizados e inventariados nas respectivas páginas dentro da plataforma da MEDIATECA Capixaba	-	-	-	julho/2025	junho/2030
	1.1	Curadoria dos acervos da instituição participante.	unidade	01	-	julho/2025	junho/2030
	1.2	Inventariação dos itens digitalizados.	unidade	01	-	julho/2025	junho/2030
	1.3	Digitalização dos itens selecionados.				julho/2025	junho/2030
	1.4	Criação de um repositório Tainacan para a instituição participante.	unidade	01	-	julho/2025	junho/2030
	1.5	Upload e publicação dos itens curados, digitalizados e inventariados.	unidade	01	-	julho/2025	junho/2030
	1.6	Acompanhamento Tainacan.	unidade	01	-	julho/2025	junho/2030

6. Declaração



Na qualidade de representante legal da Organização, declaro, para fins de prova junto ao **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidades da Administração Pública Estadual.

Pede deferimento,

Local e Data Em Vitória / ES, 14 de julho de 2025.

Proponente (Carimbo/Assinatura)

Dionne Miranda Azevedo Erler
Diretora Presidente

7. Aprovação pelo Concedente

Aprovado (Local e Data)

Concedente (Carimbo/Assinatura)

Em **Vitória/ES**, 14 de julho de 2025.

Carolina Ruas Palomares
Subsecretária de Políticas Culturais

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

DIONNE MIRANDA AZEVEDO ERLER

CIDADÃO

assinado em 14/07/2025 12:03:15 -03:00

CAROLINA RUAS PALOMARES

SUBSECRETARIO DE ESTADO DA CULTURA

SUBPC - SECULT - GOVES

assinado em 16/07/2025 09:46:07 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 16/07/2025 09:46:07 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por KÉSIA DO NASCIMENTO RANGEL (SUPERVISOR I - SUBGE - SECULT - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-DBHJGP>

Vitória (ES), quinta-feira, 17 de Julho de 2025.

Polícia Penal do Espírito Santo - PPES -**AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ID cidadES:** 2025.500E2300006.16.0071

A Polícia Penal do Espírito Santo - PPES tornar **público**, com base na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.354/2023, a **adesão à ARP nº 00002/2025** do Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região. **Processo Eletrônico:** 2025-985WH. **Objeto:** AR-CONDICIONADO. **Contratada:** Ventisol Da Amazonia Industria De Aparelhos Eletricos Ltda. **CNPJ:** 17.417.928/0001-79.

JOSÉ FRANCO MORAIS JÚNIOR

DIRETOR GERAL DA POLÍCIA PENAL DO ES

Protocolo 1593499**Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES -****Resumo de Termo de Doação nº 005/2025****Processo nº:** 81573502**Doador:** Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social**Donatário:** Município de Mantenópolis.**Objeto:** Doação de bem móvel de propriedade do doador: Veículo, Marca FORD, Modelo FORD KA SE 1.0 HA B, Ano Fáb./Modelo 2018/2018, Alcool/Gasolina, Cor Branco Artico, PPW 6691, visando o atendimento as atividades da Política de Proteção Social Básica dentro do CRAS do Município.**VALOR:** R\$ 39.835,00 (trinta e nove mil oitocentos e trinta e cinco reais).

Vitória, 16 de julho de 2025.

CYNTHIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Protocolo 1593696**Secretaria de Estado da Cultura - SECULT -****ATO DE CONFIRMAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE SUPLENTES****Edital 03/2024 - Projetos Meu Primeiro Edital**

A Secretaria de Estado da Cultura torna públicos os **atos de Confirmação de Documentação e Convocação de Suptentes** do Edital em epígrafe, conforme processo nº **2024-95G1K**. A íntegra do ato está disponível no site da Secult.

Vitória, 16 de julho de 2025.

Maria Thereza Bosi de Magalhães

Subsecretária de Estado de Fomento e Incentivo à Cultura

Protocolo 1593969**PORTARIA Nº 077-S, 16 DE JULHO DE 2025****Designa Agentes de Contratação e Membros da Equipe de apoio.****O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA**, no uso das atribuições legais,

Considerando a necessidade de designar Agentes de Contratação e Equipe de Apoio, para condução dos processos de contratação do órgão, conforme

disposto na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Estadual 5.352-R/2023;

RESOLVE:**Art. 1º.** Designar a servidora abaixo para exercer a Função Gratificada de Agente de Contratação, Ref. FG-AG:

a) Letícia Schuwartz Deps, matrícula 4802705-1

Art. 2º. Designar os servidores abaixo para exercerem a função de Equipe de Apoio, referente a Gratificação de Apoio à Licitação-GAL:

a) José Roberto Bispo de Sousa, matrícula 371911-51;

b) Késia do Nascimento Rangel, matrícula 3098133-2;

b) Monique Monteiro e Malta, matrícula 3023320-7;

Art. 3º. As atribuições dos Agentes de Contratação estão descritas na Lei Federal 14.133/2021, no Decreto Estadual 5.352-R/2023, na Lei Complementar nº 1.078 e no Decreto nº 5713-R.**Art. 4º.** Os trabalhos da Equipe de Apoio serão coordenados pelo Agente de Contratação designado.**Art. 5º.** Fica revogada a Portaria Nº 063-S, de 30 de maio 2025, publicada no Diário Oficial de 02 de junho de 2025.

Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Vitória, 16 de Julho de 2025.

FABRICIO NORONHA FERNANDES

Secretário de Estado da Cultura

Protocolo 1594153**Resumo do Acordo de Cooperação nº 002/2025 - Processo nº 2025-0SZ40****Dispensado de Chamamento Público com base no Artigo 29 da Lei 13.019/2014.****Partícipes:** Secretaria de Estado da Cultura e o Grupo Ela de Teatro.**Objeto:** Realização do projeto MEDIATECA em Rede.**Prazo de Vigência:** a partir da data de assinatura até **30/06/2030**, podendo ser prorrogado mediante aditamento.**Gestores/Fiscais da Parceria:****Titular:** Paula Nunes Costa - Matrícula: 3298825-1**Suplente:** Bruna Bolonha de Menezes - Matrícula: 31461388-1

Vitória, 16 de julho de 2025.

Carolina Ruas Palomares

Subsecretária de Estado de Políticas Culturais - SECULT

Protocolo 1593482**Resumo do Acordo de Cooperação nº 003/2025 - Processo nº 2025-5KDC5****Dispensado de Chamamento Público com base no Artigo 29 da Lei 13.019/2014.****Partícipes:** Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich (IPAE).**Objeto:** Realização do projeto MEDIATECA em Rede.**Prazo de Vigência:** a partir da data de assinatura até **30/06/2030**, podendo ser prorrogado mediante aditamento.**Gestores/Fiscais da Parceria:****Titular:** Paula Nunes Costa - Matrícula: 3298825-1

Suplente: Bruna Bolonha de Menezes - Matrícula: 31461388-1

Vitória, 16 de julho de 2025.

Carolina Ruas Palomares

Subsecretária de Estado de Políticas Culturais
- SECULT

Protocolo 1593488

**Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento,
Aqüicultura e Pesca - SEAG -**

RESUMO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE
Processo 2025-CMW4V

A **Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca - SEAG**, torna público a **DECISÃO ADMINISTRATIVA SUBADM/ SEAG Nº 027/2025**, onde decidiu-se pela aplicação da penalidade de:

ADVERTÊNCIA e MULTA DE MORA conforme previsto na Cláusula Décima, item 10.1.1 e 10.2, alínea "a", do contrato à empresa **CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 42.753.718/0001-07**. Fica resguardado ao interessado, caso queira, o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação para apresentação de recurso administrativo.

CARLOS LUIZ TESCH XAVIER

Subsecretário de Estado para Assuntos
Administrativos - SEAG

Protocolo 1593493

RESUMO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE
Processo nº 2024-8MDFZ

A **Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca - SEAG**, torna público a **DECISÃO ADMINISTRATIVA GS/ SEAG Nº 001/2025**, onde decidiu-se pela aplicação da penalidade de:

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, **por 01 (um) ano e Multa de Mora**, conforme previsto na cláusula 10, subitem 10.2, alíneas "c", à empresa **DELTA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA- CNPJ nº 34.263.393/0001-48**. Fica resguardado ao interessado, caso queira, o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação para apresentação de recurso administrativo.

CARLOS LUIZ TESCH XAVIER

Subsecretário de Estado para Assuntos
Administrativos - SEAG

Protocolo 1593690

Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF -

Instrução de Serviço Idaf nº 127-P, de 16 de julho de 2025

O diretor-geral do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), no uso das atribuições que lhe confere o art. 48 do Regulamento do Idaf, aprovado pelo Decreto Estadual nº 910-R, de 31 de outubro de 2001, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, na forma do art. 258, *caput* da Lei Complementar nº 46/94, a prorrogação de prazo, por mais 60 dias, para conclusão e apresentação dos trabalhos no processo administrativo disciplinar nº 2024-3GF9D, instaurado pela Instrução de Serviço Idaf nº 216-P, de 3 de dezembro de 2024, publicada

no DOE/ES em 4 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de junho de 2025.

Vitória/ES, 16 de julho de 2025.

LEONARDO CUNHA MONTEIRO

Diretor-geral/Idaf

Protocolo 1593827

Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER -

EXTRATO DO CONTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 026/2025

Contratante: **Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER**
Processo nº **2025-VFSRD**

Município: **Prefeitura Municipal de Domingos Martins/ES**

CNPJ 27.150.556/0001-10

Objeto: **Acordo de Cooperação Técnica** estabelecendo condições básicas de cooperação entre as partes, visando à execução de um Plano Municipal de

Desenvolvimento Rural Sustentável.

Vigência: **à contar da data da publicação até 31/07/2026.**

Alessandro Broedel Torezani

Diretor Geral/INCAPER

Protocolo 1593955

Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura - SEMOBI

Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER-ES -

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 049/2025

Partícipes: Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo - DER-ES e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Processo Nº: 2025-RNGQO

Objeto: Doação de anteprojeto de engenharia para a duplicação complementar da Rodovia Joubert de Barros, na BR-447, entr. ES-060 (acesso), trecho Viaduto Alfredo Copolillo (na interseção com a Avenida Carlos Lindenberg) - acesso ao Porto de Capuaba, com extensão de 2,61km.

Valor: Todos os recursos necessários a elaboração do anteprojeto descrito no objeto, serão de responsabilidade exclusiva do Estado do Espírito Santo, por intermédio do DER-ES, não caracterizando qualquer onerosidade financeira ao DNIT.

Vigência: O presente Termo de Cooperação vigorará 6 meses a partir da data de sua assinatura.

Assinatura: 10/07/2025.

DÉCIO CRUZ OLIVEIRA

Diretor Executivo Geral - DER/ES

LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO

Diretor de Planejamento e Pesquisa - DNIT

Protocolo 1594033

EXTRATO DO INSTRUMENTO PÚBLICO DE TRANSAÇÃO: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE FAIXA DE DOMÍNIO A TÍTULO PRECÁRIO.

Proc. DER-ES Nº 2020-BJWRK.

Partes: DER-ES e CLARO S.A.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 17/07/2025 09:16:34 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por KÉSIA DO NASCIMENTO RANGEL (SUPERVISOR I - SUBGE - SECULT - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-DD0J8M>